

PGR quer saber se governo do Rio respeitou diretrizes da ADPF 635 em ação policial

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, reiterou nesta quarta-feira (29/10) os pedidos de informações ao governo do Rio de Janeiro sobre as mortes de civis e policiais na ação desta terça (28/10). Gonet também quer saber se a gestão de Cláudio Castro (PL) observou os parâmetros fixados pelo Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635.

O número de mortos em consequência da ação policial, promovida contra o Comando Vermelho nos Complexos do Alemão e da Penha, na Zona Norte do Rio, é incerto — o governo fluminense diz que foram 121, incluindo quatro policiais, mas moradores alegam que a quantidade é maior. Seja como for, é certo que se trata da ação mais letal da história do estado, com mais do que o quádruplo de vítimas da incursão no Jacarezinho, em 2021, que gerou 28 mortos (de acordo com a contagem oficial).

Em abril deste ano, o Supremo, na ADPF 635, determinou que o estado do Rio e seus municípios elaborem planos de recuperação dos territórios dominados por organizações criminosas e adotem outras medidas de controle da violência policial. A corte **homologou parcialmente** o plano de redução da letalidade apresentado pelo Executivo estadual.

O ministro Alexandre de Moraes foi **escolhido** nesta terça para tomar decisões urgentes envolvendo o processo, diante da ausência de um relator para o caso. A ação era comandada pelo ministro Luís Roberto Barroso, que se aposentou antecipadamente na semana passada. Alexandre logo solicitou que a PGR se manifestasse sobre o pedido de informações feito pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Operação fiscalizada

Em resposta ao ministro, Paulo Gonet observou que o Supremo determinou a criação do Grupo de Trabalho de Acompanhamento, coordenado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, para verificar o cumprimento da decisão proferida na ADPF 635.

O PGR destacou que o coordenador do grupo, Antônio Edílio Magalhães Teixeira, solicitou a Cláudio Castro “informações relativas à letalidade e vitimização policiais na referida operação, bem como acerca da observância dos parâmetros fixados na decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF 635/RJ”.

O objetivo é entender se a ação policial preservou os locais para produção de perícia; avisou o Ministério Público da empreitada; usou câmeras nas viaturas e fardas; e respeitou a proporcionalidade no uso da força, entre outros pontos.

“Os esclarecimentos solicitados pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos foram, em grande parte, já requeridos pela pronta atuação de acompanhamento levada a cabo pelo coordenador do Grupo de Trabalho criado em decorrência da deliberação específica do STF. A Procuradoria-Geral da República reitera os mesmos pedidos de informações deduzidos pelo coordenador do grupo, o Procurador Regional da República e membro do Conselho Nacional do Ministério Público, Antônio Edílio Magalhães Teixeira, com os acréscimos de indagações do CNDH, amicus curiae”, disse Gonet.

De acordo com o PGR, o Conselho Nacional de Direitos Humanos pediu a adoção de medidas complementares e urgentes para fiscalização e monitoramento. Porém, não especificou o que sugere, “não dando margem para que a Procuradoria-Geral da República analise e eventualmente encampe algum pedido concreto”. “Decerto que medidas complementares poderão ser cogitadas a partir da compreensão mais precisa dos fatos que as informações haverá de propiciar”, declarou Gonet.

Ton Molina/STF



Paulo Gonet quer saber se governo do Rio agiu com força proporcional na ação



Nesta terça, a ADPF 635 voltou à tona porque Cláudio Castro afirmou novamente que o aumento da criminalidade no estado é consequência da decisão do Supremo nesse processo, **o que é desmentido por dados que mostram uma redução dos índices de violência.**

**Clique [aqui](#) para ler a petição
ADPF 635**

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-out-29/pgr-quer-saber-se-governo-do-rio-respeitou-diretrizes-da-adpf-635-em-acao-policial/>